



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR REVITALIZAÇÃO CAPELA BOM JESUS

Objeto: Contratação de empresa para execução de revitalização parcial da Capela Bom Jesus com mão de obra e materiais conforme especificações no memorial descritivos, planilha orçamentária e demais anexos.

1) INTRODUÇÃO

O presente documento tem por finalidade apresentar a necessidade de execução de obra parcial de revitalização da Capela Bom Jesus, bem imóvel tombado como patrimônio cultural material do Município.

A Capela constitui importante referência histórica, cultural e religiosa para a comunidade local, representando parte significativa da identidade e da memória coletiva da cidade. Em razão da ação do tempo e do desgaste natural da edificação, torna-se necessária a realização de intervenções específicas voltadas à sua conservação e preservação.

A revitalização parcial busca garantir a integridade estrutural do imóvel, a manutenção de suas características arquitetônicas originais e a continuidade de sua utilização pela comunidade, assegurando a proteção do patrimônio histórico municipal para as presentes e futuras gerações.

2) DESENVOLVIMENTO

A presente demanda refere-se à execução de obra parcial de revitalização da Capela Bom Jesus, tombada como patrimônio cultural material do Município.

A edificação apresenta desgaste natural decorrente da ação do tempo, comprometendo elementos estruturais e estéticos, o que pode ocasionar danos irreversíveis ao bem histórico caso não sejam adotadas medidas de conservação e recuperação.

A intervenção visa preservar as características arquitetônicas originais da Capela, garantindo a integridade do patrimônio cultural, a segurança dos frequentadores e a valorização da memória histórica local.

A revitalização parcial contemplará serviços de recuperação estrutural, restauração de elementos construtivos, melhorias nas condições de conservação e adequações necessárias para assegurar sua utilização adequada pela comunidade.



A execução da obra é imprescindível para a manutenção do patrimônio público, contribuindo para a preservação da identidade cultural do Município e para a promoção do turismo histórico e religioso.

I - NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Prefeitura de Salto do Jacuí através do processo administrativo irá abrir licitação na modalidade de Concorrência Pública, menor preço global, executada pelo regime de empreitada por preço unitário, onde estará se empenhando para oferecer execução de obra parcial de revitalização da Capela Bom Jesus, tombada como patrimônio cultural material da nossa cidade, localizada à avenida Central Jacuí, bairro CEEE, na sede do Município.

A obra contemplada neste projeto será executada em logradouro citado acima.

Com estes serviços executados, serão oferecidas aos munícipes, melhorias e qualidade pedagógica, acessibilidade, condições de higiene e segurança, dentre outras peculiaridades, possui grande parte da população a ser beneficiada com tal investimento

Ressalta-se que a equipe de engenheiros da Secretaria do Planejamento elaborou as peças técnicas do projeto para o seu desenvolvimento.

Desse modo, a execução desses serviços prestado ao departamento de cultura do município trará inúmeros benefícios não só à população local como as do seu entorno.

a) META I – Abertura de Processo Licitatório para execução dos serviços.

Informamos que todos os documentos relacionados à tramitação entre a Secretaria de Planejamento e a Secretaria de Educação constam anexados aos autos do processo administrativo específico.

Assim, a contratação, para cumprimento da META I, evidencia na necessidade de se elaborar o orçamento juntamente com sua memória de cálculo, plantas e projeto básico. Em vista disso, esse Estudo Técnico Preliminar focará no exame da viabilidade e da razoabilidade da contratação de empresa para execução dos serviços do objeto acima descritos.

Enfatizamos que o cenário no Município com relação aos impactos negativos causados pelas intempéries e desgastes causados pela ação do tempo foi imprescindível para que a administração comece a tomar algumas providências com relação a essa situação, porém, logicamente dentro de suas possibilidades orçamentárias e financeiras.

Na requerida contratação, os serviços não são considerados “comuns”, pois não se enquadram na classificação de dispensa, tratando-se de contratação de obra de engenharia.



II – ÁREA REQUISITANTE

A unidade requisitante do presente Estudo Preliminar é a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, na figura do seu Ordenador de Despesa, sendo também a gestora dos recursos destinados aos serviços bem como da obra.

III – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O objeto a ser licitado, pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas, se dará por meio de licitação, na modalidade de Concorrência Pública, menor preço global, executada pelo regime de empreitada por preço unitário, onde estará se empenhando para oferecer serviços de infraestrutura, solucionar os problemas de contenção de encosta em área de risco para a Escola e garantir segurança ao alunado da mesma.

A obra contemplada neste projeto será executada em logradouro próprio, e abrangerão os serviços de revitalização de prédio tombado pelo Sistema Municipal da Cultura.

Com estes serviços executados, serão oferecidas aos munícipes, melhorias, qualidade pedagógica, acessibilidade, condições de higiene e segurança aos cidadãos frequentadores da Capela.

Os serviços serão prestados por empresa especializada, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade pela legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no Projeto Básico.

A prestação dos serviços de engenharia não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a administração pública, vedando-se qualquer relação entre eles que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

IV – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Não é o caso da contratação em tela, tendo em vista a natureza do objeto, pois há no mercado Nacional diversas empresas de engenharia para realização de obras e serviços por preço unitário, o que possibilita ampla concorrência e vantagens à administração pública, propiciando transparência e legalidade para requerida contratação.

Assim, será elaborada pela equipe técnica responsável pelo planejamento da licitação planilha orçamentária acompanhada de sua memória de cálculo onde sejam discriminados os valores unitários estimados de todos os materiais e serviços que serão aplicados na contratação, projeto básico e plantas.



V – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A contratação de Empresa de Engenharia para Execução da obra encontra-se em anexo em Projeto de Engenharia feito pela Secretaria do Planejamento.

A definição da metodologia executiva é adotada, obrigatoriamente, de acordo com as normas técnicas vigentes. Para cada serviço, existe uma metodologia especial. Portanto, essas definições estarão pormenorizadas no Projeto Básico elaborado pela equipe técnica.

Sobre a definição do prazo da obra estima-se que o prazo de execução seja de 7 meses,

Definição das unidades de medida para quantificação dos serviços e delimitação dos preços unitários deverá estar explicitados na planilha orçamentária, cujos quantitativos foram obtidos por meio de levantamento de dados com vistas às necessidades da obra a ser executada.

Facultar, à contratada, a possibilidade de visita técnica para conhecimento do local onde serão executados os serviços, dos acessos disponíveis, da logística de transporte, e de todas as dificuldades que possam interferir na execução dos serviços.

VI – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

O custo estimado das quantidades será obtido mediante informações coletadas nas bases oficiais das tabela SINAP e constarão informados na memória de cálculo e levantamento de preço no comércio local.

VII – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo foi verificado após a realização dos projetos, onde a equipe técnica concluiu que seria mais eficiente, em respeito ao interesse público, elaborar um orçamento para a obra com a descrição dos serviços a serem executados através da tabela SINAP para melhor atender aos importantes requisitos preconizados pelo ordenamento jurídico brasileiro, com sua precificação devidamente justificada na Memória de Cálculo, concluindo ser tecnicamente e economicamente viável a execução indireta dos serviços.

VIII – JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

O não parcelamento das obras é mais satisfatório do ponto de vista de eficiência técnica, por manter a qualidade do investimento, haja vista que o gerenciamento permanece o tempo todo a cargo de um mesmo administrador,



oferecendo um maior nível de controle pela Administração na execução das obras e serviços, cumprimento de cronograma e observância de prazos com a concentração da responsabilidade da construção e garantia dos resultados.

Ressalta-se que em obras com serviços inter-relacionados, o atraso em uma etapa construtiva implica em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediário e final de entrega da obra. Pelas razões expostas, recomenda-se que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado.

IX – CONTRATAÇÃO CORRELATADAS E/OU INTERDEPENDENTES

Durante a etapa de planejamento da contratação, foi definido que a adjudicação do objeto será feita a uma única empresa vencedora, uma vez que as licitantes deverão apresentar atestados de capacidade técnica para a realização do objeto a ser contratado.

X – ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO

Os serviços objeto dessa contratação serão financiados com recursos próprios com o Projeto Básico aprovado pela equipe técnica da Secretaria do Planejamento.

Para concretização das obras, foram alocados recursos orçamentários para o exercício de 2026, onde o valor previsto na planilha orçamentária ficou no montante de R\$55.347,25(Cinquenta e cinco mil e trezentos e quarenta e sete reais e vinte e cinco centavos).

XI – RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a realização das obras, serão oferecidas aos munícipes, melhorias na Capelo Bom Jesus e qualidade de infraestrutura, acessibilidade, condições de higiene e segurança.

XII – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

A administração tomará as seguintes providências logo após a assinatura do contrato:

- Definição dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização das obras;
- Indicar servidores devidamente capacitados para exercer a fiscalização;



- Acompanhamento rigoroso das ações previstas nos projetos apresentados para a realização das adequações e melhorias no objeto a ser contratado.

XIII – IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO

A necessidade de Licença Ambiental conforme dispõem as resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 001/1986 e nº 237/1997 e da Lei nº 6.938/1981, deverá ser providenciada pela contratada junto à Coordenadoria Municipal de Meio Ambiente.

Os serviços tais como escavação, escoramento, estabilização de taludes e encostas, drenagem, reaterro, pavimentação e etc., seguirão as determinações constantes no Projeto Básico.

A contratada deverá, ainda, respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT.

XIV – DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (OU NÃO) DA CONTRATAÇÃO

Diante do exposto, declara-se viável a contratação pretendida com base neste Estudo Técnico Preliminar.

Elisângela Rabuske
Secretária Municipal de Educação e Cultura